

MANIFESTO AOS NOVOS EMPREGADOS OU EMPREGADOS PÓS-2002:

PORQUE FOMOS CONTRA E SOMOS CONTRA A “REACTUAÇÃO”

Neste início de 2009, a FENASPE apresenta uma síntese de luta em defesa do Plano Petros, reafirma sua recusa ao processo de “reactuação” e conclama a união dos petroleiros (ativos e aposentados) para que seja restabelecida a ordem no plano de benefícios. A FENASPE defende que o Plano Petros seja para todos, sendo a melhor política de RH para o Sistema Petrobrás. A FENASPE tem confiança que os petroleiros derrotarão, na Justiça, a “reactuação”.

Avaliação em relação à defesa do Plano Petros até 2008.

A Petrobrás é uma empresa estratégica para o Brasil. Apesar de todo o esforço feito no governo FHC para descaracterizar a empresa, inclusive abrindo seu capital na Bolsa de Nova Iorque, é a grande empresa estratégica brasileira. As esperanças de redenção do Brasil repousam, principalmente, no pré-sal.

Desde 1970 contamos com uma previdência complementar. Antes disso, o manual de pessoal da companhia já previa a plena complementação de aposentadorias. O que pretendia a empresa era garantir aos empregados que, utilizando de toda a sua força e do seu conhecimento em sua juventude, ampararia a todos na velhice. Esse era o pacto existente.

No governo FHC, houve quebra do pacto existente entre a companhia e seus empregados ativos e aposentados. A Petrobrás descumpriu o pacto anterior e, de forma contraditória propôs um novo pacto. Não havia autoridade moral da empresa que rompia um pacto sem propor um outro.

Aquele que não pagou dívidas, aquele que efetivamente deu calote em nosso fundo de pensão, propunha uma nova forma de previdência, que nada garantia. Era exatamente para nada garantir. Todo o risco do fundo de pensão era jogado aos participantes. Se os valores acumulados não mais garantissem a aposentadoria futura, não haveria aumento de contribuição por parte da patrocinadora. Era tudo, menos previdência, pois nada garantia. Conseguimos derrubar esse processo, à época. Com a vitória de Lula, em 2002, parte daqueles que se opunham a essa nova forma de previdência assumiram cargos na

Petrobrás e na Petros. E aí retomaram os projetos anteriores, de forma ainda pior. Resolveram simular o pagamento de dívidas – foi inequívoca simulação – e oferecer um plano diferente [Petros 2] para os novos empregados.

Como funciona esse novo plano?

O novo plano é na modalidade não-garantido. Ou seja, os novos trabalhadores da empresa não têm a garantia de que se aposentarão com a média dos seus últimos salários. A patrocinadora oferece uma contribuição fixa. Se essa contribuição não for suficiente, caberá exclusivamente ao trabalhador aumentar suas contribuições pessoais. E se isso for insuficiente, o problema é exclusivo do trabalhador.

Esses planos, que não dão garantia (em oposição à previdência solidária) chegaram com força no Brasil no início da década de 1990 e foram implantados em fundos de pensão de diversas categorias. Foi um modelo concebido e implantado no auge do neoliberalismo, filho dos mercados. Os trabalhadores, por seus fundos de pensão, teriam que mergulhar na especulação financeira caso quisessem ter os valores de aposentadoria preservados. Os trabalhadores, portanto, foram chamados a ser sócios da especulação financeira, que não admite sócios fracos. Esses têm o nome de “vítimas”.

Qual a origem de todos esses processos [“reactuações I e II”]? Eles poderiam ter sido evitados?

Como os participantes da Petros rejeitaram maciçamente essa forma de aposentadoria, as novas direções da Petros e da Petrobrás partiram para a ameaça pura e simples. Se os participantes não concordassem com a mudança de plano de benefícios

para os novos empregados, ou seja, com a implantação da não-previdência, se não concordassem com a mudança nos critérios de reajuste dos benefícios, arcaariam com o “déficit” da Petros.

Que déficit é esse?

É um valor menor do que as dívidas não pagas pela patrocinadora. Ou seja, o plano não era deficitário. O que precisava ser feito pela Petros era a cobrança das dívidas da Petrobrás. Como não tiveram coragem de mover ações contra a patrocinadora, o que é obrigatório por lei, voltaram-se contra a parte mais fraca. Levaram, então, aos participantes sua proposta de mudanças ilegais no plano de benefícios. E a proposta foi rejeitada. A seguir, aumentaram as ameaças, ameaçando a todos de redução real no valor das aposentadorias. Se houvesse a concretização da ameaça, o “rateio” de um déficit inexistente, os valores das aposentadorias e pensões diminuiriam. Assim foi feito em relação aos aposentados. E o contingente da ativa foi pressionado por suas chefias imediatas e pelas chefias de cada unidade da Petrobrás. Agora, não mais havia a proteção dos sindicatos vinculados à FUP. Esses sindicatos se confundiram com o governo e seus dirigentes passaram a ocupar cargos na direção tanto da Petros quanto da Petrobrás.

A reactuação, portanto, foi feita com base em ameaças tanto aos aposentados e pensionistas quanto aos ativos. No segundo momento, a pressão se tornou insuportável e parcela dos participantes ativos e assistidos da Petros aderiu aos ilegais termos propostos.

Quais foram as principais consequências do processo de “reactuação”?

A repactuação dividiu a categoria. Agora, temos os novos empregados e os atuais. São contingentes com planos diferentes. O universo de aposentados foi dividido em dois grupos: os que têm reajuste de acordo com o obtido pelos trabalhadores da ativa, e os que terão sua aposentadoria aviltada pelo IPCA. Os trabalhadores ativos, que estão no Plano Petros, de outra parte, também têm duas formas diferentes de reajustamento previstas. E tudo isso frente aos mesmos recursos. Um contingente sempre avançará sobre as reservas mais do que o outro. Esse foi o trabalho feito pelos divisionistas, aqueles que trocaram suas convicções por cargos na Petros e na Petrobrás.

Quando o tema foi levado ao conhecimento dos participantes, no entanto, sequer as novas cláusulas do Regulamento estavam escritas. E, para o último momento, deixaram uma "surpresa": a dívida da Petrobrás não será paga. É como se você vendesse um carro que vale 50.000 reais por parcelas mensais de 250 reais durante vinte anos, e nada mais ao final. A Petrobrás se comprometeu a pagar juros de 6% ao ano durante 20 anos

sobre um principal decrescente. Daqui a 20 anos, praticamente nada deverá à Petros.

Tudo isso foi feito muito após a consulta feita aos participantes repleta de ameaças. Mesmo ameaçando, não se atreveram a dizer que a Petrobrás não pagará o principal. Esconderam esse dado fundamental, esconderam que estavam, na verdade, propondo um novo calote da patrocinadora em troca dos direitos dos participantes.

A tal "repactuação" é ruim. Tão ruim que foi rejeitada. Tão ruim que só foi implementada em uma segunda chamada, agora com ameaças quase irresistíveis. E as entidades defensoras de tal processo foram parceiras na ameaça. Pela primeira vez, se viu sindicatos de petroleiros se unirem à Petrobrás para ameaçar participantes, inclusive viúvas, órfãos pensionistas e aposentados por invalidez.

Como fica a Petros diante da conjuntura atual?

Agora, devido à queda do sistema

financeiro especulativo, caiu a máscara da desastrosa política de Recursos Humanos da Petrobrás e dos defensores da "repactuação". Esses defensores, em função de tal posicionamento, acabaram aderindo ao neoliberalismo exatamente às vésperas da queda dos mercados especulativos. Assim, temos um calote sobre a Petros, a queda da rentabilidade do plano de benefícios, um plano ruim para os novos, a desorganização do plano de benefícios, através da adoção de regras diferenciadas para quem faz parte do mesmo plano. Temos uma previdência exclusivamente vinculada aos mercados, cujo risco é todo do participante.

Derrubaremos a repactuação na justiça. Conclamamos os trabalhadores que ingressaram na Petrobrás a partir de 2002, a cerrar fileiras pela unificação da nossa previdência, pelo Plano Petros para todos – com paridade de reajuste dos benefícios de acordo com o que for praticado aos trabalhadores da ativa. ★

- *Derrubaremos a "repactuação" na Justiça.*
- *Queremos o Plano Petros para todos.*
- *Queremos restabelecer a ordem no nosso plano.*
- *Precisamos da união de todos.*

Expediente

"Informativo FENASPE" é o órgão oficial de comunicação da Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobrás e Petros.

Diretoria Executiva:

Presidente - Adelino Ribeiro Chaves Diretor - (21) 2671-5263 – astape@veloxmail.com.br – ASTAPE RJ

Vice-Presidente - Rodinei Bernabe Hernandez - (13) 3227-7622 – astaipe@astaipe.com.br – ASTAIPE

Diretor de Imprensa e Comunicação - Fernando Siqueira Leite - (21) 2533-1110 – fsiqueira@aepet.org.br - AEPET

Diretor Secretário - Epaminondas de Souza Neves - (71) 3496-2115 – pami@superig.com.br – ASTAPE-BA

Diretor Financeiro - João Carlos Araújo Santos - (21) 8768-9517 – jcasnegao@gmail.com – ASTAPE-RJ

Diretor Jurídico - Paulo Teixeira Brandão - (22) 8111-2031 – presidencia@apape.org.br – APAPE

Outros correios eletrônicos:

Paulo Teixeira Brandão - E-mail: ptbrandao@terra.com.br / ptbrandao@petros.com.br

Ivaldo Paixão E-mail: ivaldoama@bol.com.br

Belarmino E-mail: belopinheiro@aol.com

Rodolfo Huhn - E-mail: rh@startpoint.com.br

Peres - E-mail: lperes@bignet.com